PRODUÇÃO DE MAPAS COLETIVOS EM SÃO PAULO: UMA REVISÃO DO GRUPO DE ESTUDOS MAPOGRAFIAS URBANAS (ENSINO, FORMAÇÃO E PRÁTICA EM PLANEJAMENTO)

Jorge Bassani
Universidade de São Paulo | jbassani@usp.br
Carolina Clasen
Universidade de São Paulo | carolinaclasen@usp.br
Fabiana Duffrayer
Universidade de São Paulo | fabiduffrayer@usp.br

Sessão Temática 14: Ensino, formação e prática em planejamento

Resumo: Com ponto de partida nos questionamentos dos processos mapográficos, o artigo aborda a atuação do Grupo de Estudos e Mapografias Urbanas (GEMAP, FAU-USP), que desde 2010 desenvolve mapeamento coletivo de territórios em São Paulo. As reflexões do grupo são articuladas primeiro no contexto da sua localização junto aos territórios, depois a partir dos enunciados que mobilizam as questões pragmáticas da produção de mapas. Em conjunto com as noções de Milton Santos, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Isabelle Stengers, a mapografia é debatida enquanto prática interdisciplinar fundada no engajamento coletivo, que extravasa os limites da representação geográfica. A metodologia envolve reflexões sobre o território e os modos de representação por meio de oficinas artísticas, levantamentos, produção de maquetes, confecção de bases cartográficas. As experiências trazidas na revisão do grupo estão localizadas em quatro regiões da cidade - Parque Dom Pedro (Centro), Jardim Lapenna (Zona Leste), Ilha do Bororé (Extremo Sul) e Jardim Gaivotas (Zona Sul) - e corroboram a discussão da produção dos mapas que contribuem para análises territoriais, participando do processo como dispositivos para a transformação territorial.

Palavras-chave: Mapografias Urbanas; Cartografia; Mapeamento Coletivo; Mapas em São Paulo

PRODUCTION OF COLLECTIVE MAPS IN SÃO PAULO: A REVIEW OF THE URBAN MAPOGRAPHIES STUDY GROUP

Abstract: *Based on the questioning of mapping processes, the article discusses the work of the Urban Studies and Mapping Group (GEMAP, FAU-USP), which has been collectively mapping territories in São Paulo since 2010. The group's reflections are articulated first in the context of their location in the territories, then from the statements that mobilize the pragmatic issues of map production. In conjunction with the notions of Milton Santos, Gilles Deleuze, Félix Guattari and Isabelle Stengers, mapography is debated as an interdisciplinary practice based on collective engagement, which goes beyond the limits of geographical representation. The methodology involves reflections on the territory and modes of representation through artistic workshops, surveys, the production of models and the making of cartographic bases. The experiences brought up in the group's review are located in four regions of the city - Parque Dom Pedro (Centro), Jardim Lapenna (Zona Leste), Ilha do Bororé (Extremo Sul) and Jardim Gaivotas (Zona Sul) - and corroborate the discussion of the production of maps that contribute to territorial analysis, participating in the process as devices for territorial transformation.*

Keywords: Urban Mapographies; Cartography; Collective Mapping; Maps in São Paulo

PRODUCCIÓN DE MAPAS COLECTIVOS EN SÃO PAULO: UNA REVISIÓN DEL GRUPO DE ESTUDIO DE MAPOGRAFÍAS URBANAS

Resumen: *Con punto de partida en el cuestionamiento de los procesos de mapeo, el artículo discute el trabajo del Grupo de Estudios Urbanos y Mapeo (GEMAP, FAU-USP), que realiza mapeo colectivo de territorios en São Paulo desde 2010. Las reflexiones del grupo se articulan primero en el contexto de su localización en los territorios, y luego a partir de los enunciados que movilizan las cuestiones pragmáticas de la producción cartográfica. Junto con las nociones de Milton Santos, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Isabelle Stengers, la mapografía se debate como una práctica interdisciplinaria basada en el compromiso colectivo, que va más allá de los límites de la representación geográfica. La metodología implica reflexiones sobre el territorio y los modos de representación a través de talleres artísticos, encuestas, producción de maquetas y elaboración de bases cartográficas. Las experiencias traídas a colación en la revisión del grupo se localizan en cuatro regiones de la ciudad - Parque Dom Pedro (Centro), Jardim Lapenna (Zona Leste), Ilha do Bororé (Extremo Sul) y Jardim Gaivotas (Zona Sul) - y pone de relieve la discusión sobre la producción de mapas que contribuyan al análisis territorial, participando en el proceso como dispositivos de transformación territorial.*

Palabras clave: Mapografías Urbanas; Cartografía; Mapeo Colectivo; Mapas en São Paulo

INTRODUÇÃO

O Grupo de Estudos Mapografias Urbanas (GeMAP) foi criado em 2010 com o objetivo de estudar a complexidade urbana por meio de suas representações multidimensionais e interdisciplinares, mobilizando ferramentas e linguagens que permitem construções coletivas e dialógicas com os sujeitos habitantes dos territórios em estudo. A primeira caracterização desse tipo de trabalho está no nome do grupo: mapografias ao invés de cartografias. O que se propõe é uma plataforma para a experimentação metodológica em que os mapas se apresentam como camada aberta de estudo anterior à conceituação, uma base de assentamento para representações materiais da condição urbana (BASSANI, 2012). Em outras palavras, e recorrendo à obra Mil Platôs, ainda que à margem dos estudos dos rizomas na condição metropolitana:

> Ele [o mapa] contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consciência. Ele faz parte de um rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22)

A condição experimental aqui se apresenta como forma de ampliação dos horizontes de análise. A construção de mapas coletivos e suas diversas possibilidades se revelaram potenciais para as pesquisas sobre estudos territoriais e suas representações analíticas.

Em sua primeira publicação de caráter teórico-prático (PDP - Mapografias, 2010) o direcionamento dos mapas para as questões urbanas é evidenciado, no entanto, logo a seguir, o grupo substitui o termo urbano, genérico e homogeneizador, por território. A mudança implica em um redirecionamento, mais que terminológico, conceitual e metodológico, passa a se dirigir diversidade, particularidades e, em especial, aos conflitos estabelecidos nas disputas pelo espaço. Um novo viés teórico, oriundo basicamente da geografia, é incorporado às referências do grupo, autores como Claude Raffestin, Milton Santos, Rogerio Haesbaert, Giuseppe Demanteis, entre outros, passam a frequentar suas discussões coletivas. O aprofundamento do conceito de território nos trabalhos do GeMAP, além das dinâmicas e conflitos inerentes ao território, os sujeitos que o habitam passam a ter um papel central na produção de mapas, muito além da tecnicidade cartográfica.

Em um ensaio de 2002, Ana Clara Torres Ribeiro et al,, Ana Clara Torres Ribeiro et al, argumenta que as dificuldades na apreensão da "multiplicidade de reivindicações, protestos e conflitos" que tanto expressam o agravamento das condições de vida quanto alimentam o ideário da ação social na América Latina, exigem um ângulo de leitura a partir do sujeito, uma

vez que se refere a dinâmicas constitutivas da realidade social (ibid., p.33-34). Nesse sentido, o texto defende a adoção do que chama de cartografia da ação:

Uma cartografia que vise à valorização imaginativa dos lugares vividos, onde a vida escorre ou ganha força reflexiva e transformadora. Como carta, mapa, não aparece como instrumento isolado ou como bela ilustração de textos, exacerbando critérios estéticos; mas, sim, como ferramenta analítica e como sustento da memória dos outros. Nesse sentido, propõe-se uma cartografia incompleta que se faz fazendo; uma cartografia da prática, que não seja apenas dos usos e das funções do espaço, mas, também, usável, tentativa e plástica, através da qual se manifeste a sincronia espaço-temporal produzida e produtora da ação. (RIBEIRO et al., 2002, p.35)

Dessa maneira, o GeMAP entende que o processo de construção do mapa, mais do que o produto final, se constitui como uma expressão e linguagem que emerge do território a partir de seus sujeitos, e possibilita o acesso a diversas dimensões, escalas e subjetividades inerentes ao exercício do mapeamento. A dimensão política presente nesse fazer coletivo, potencializada pela troca e pelo compartilhamento de experiências e narrativas entre os indivíduos em torno de um objetivo comum, desloca os sujeitos para um espaço de ação e construção. Entende-se a mapografia partilhada como uma prática que pode contribuir para a formação cidadã, ampliando as possibilidades de participação e promovendo a emancipação coletiva (BASSANI et al 2023).

Em *O território como palimpsesto* apresentado por Andre Corboz, ainda preserva a noção de temporalidade e das pré-existências em movimento nas novas escrituras, ou seja, é uma imagem suave das transformações e conflitos que caracterizam os territórios urbanos contemporâneos são muito mais complexos e configuram espacialidades e relações socioculturais totalmente transformadas a cada instante. Só uso cotidiano, como abordado por Milton Santos, é capaz de expor as condições territoriais e as relações deflagradas por elas. Não existem formas de acessar esse território usado que não seja por meio da vivência cotidiana com ele e nele.

A pura observação do território pode até viabilizar representações, mas absolutamente ineficazes em relação à sua complexidade, dinâmicas e, especialmente, como é uma construção permanente pelos sujeitos que o habitam. Para um entendimento profundo do território é necessária uma imersão nos seus código e processos, nos modos de vida de sua

gente e como se relacionam entre si e com seu chão de vida. Com efeito, são processos coletivos de construção cotidiana.

É com essa concepção geral da problemática da existência que este ensaio encontra-se construído em direção à vida imediata, sem que, com essa decisão, ocorra o desconhecimento das referências estruturais abrangentes da ação social. Essa diretriz de método não significa o elogio irresponsável do cotidiano, reprodutor de tantos preconceitos e subordinações (Heller, 1972), mas, sim, a valorização de contextos, lugares e narrativas. Envolve, ainda, a intenção de contribuir para o encontro de formas de representação da vida coletiva que facilitem o enraizamento da questão social e a compreensão dos praticantes de espaços (Certeau, 1994), a partir da vida cotidiana no território e do vínculo entre mapeamento e representações coletivas.

Desde 2012 o GeMAP passou a desenvolver automapeamento e mapas coletivos na perspectiva de estudos territoriais, o encaminhamento se deu por meio de projetos de extensão universitária, o que determina, no primeiro momento, em uma formatação circunstanciada. A superação da circunstanciação em extensão se deu pela fixação nos territórios de estudo, ou seja, se deu pela permanência e convívio com as pessoas que fazem o território.

A experiência do cotidiano de território por tempo alargado também trouxe a superação do mapa coletivo como método de pesquisa para uma nova condição de existência, o mapa coletivo como atuação política, ou ainda, o mapa como partilha do sensível (Ranciere, 2009), numa perspectiva do mapa como construção de outros territórios como dispositivos de subjetivação (Agamben, 2009) que busca a rede que estabelecida entre os elementos e fomenta novas condições de organização comunitária, do fazer território juntos, os internos ao território e os que chegam como pesquisadores. No sentido contrário, o território reage sobre os que o emulam, os pesquisadores tornam-se outros sujeitos, na pesquisa e na vida (Bassani, 2023).

Este artigo propõe apresentar como são os processos criativos de mapas coletivos nos territórios de estudos do GeMAP; com o objetivo de refletir sobre: O que os mapas produzidos com crianças e jovens podem explicitar?; Quais cosmopolíticas ganham lugar nas camadas

aparentes dos processos mapográficos?; Com quantos mapas se faz uma política pública? Com quantos comuns se faz um mapa?

TERRITÓRIOS, REPRESENTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE CÓDIGOS

Para a apresentação dos processos mapográficos territorializados, buscaremos refletir sobre noções que são basilares para as produções do grupo. Assim, a reflexão acerca de três principais noções será articulada à produção de mapas e são trazidas para o debate o entendimento do grupo sobre: território; representação; e atualização dos códigos. No que diz respeito aos territórios, buscaremos enfatizar um ponto de partida territorial capaz de oferecer um novo tracejado para atravessar as cidades. Diante do pensamento de Milton Santos (1926-2001), reforçamos o binômio território e cidadania como indissociáveis (SANTOS, 1987). O autor faz pensar um modelo cívico onde o território assegura sua consolidação, por meio da distribuição do consumo cotidiano. Aqui, a atenção é justamente pensar o modelo cívico territorial, onde o processo mapográfico contribui para sua destituição onde todos os recursos e elementos do espaço geográfico são parte de um processo de pertencimento e construção da cidadania. Se o geógrafo nos pergunta se "há cidadãos neste país?", para a intensificação das provocações mapográficas com relação ao modelo cívico, compreendemos que a existência dos cidadãos emerge no mapa como território primeiro. Somando a isso sua noção de que ele [o território] "é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência." (SANTOS, 2011, p.13). Na aquisição das características que qualificam o lugar mapeado, as vozes dos cidadãos que o produzem espacializam e delimitam a geografia a que nos debruçaremos, reafirmando uma pragmática de pesquisa que exercita ativamente os territórios cartografados.

Neste sentido, parece fundamental reforçar que a dimensão mapográfica não está fundada somente na averiguação dos dados, das coordenadas geográficas ou nos indicadores territoriais. A mapografia atua - implica e é implicada, constitui e é constituída - substancialmente pelo ato de cartografar. Assim, acompanha as noções territoriais definidas por Milton Santos, quando:

> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo

> que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2011, p.14)

O mapa, diante de um processo mapográfico, é um meio para a constituição do comum onde sua delimitação se dá através de "uma geografia do sentimento, do viver, que se estabelece pelos tipos de relação espacial, uma efetiva e outra afetiva" (TETAMANTI, 2014, p. 9, tradução nossa).

Desta maneira, a atuação e concepção das mapografias urbanas tem comprometimento com uma nova concepção disciplinar da geografia, redefinida por William Bunge (1960) quando as ferramentas, fundamentalmente o mapa, e suas reflexões são postas a serviço dos cidadãos. O geógrafo, propunha que a produção de mapas oportunizava revelar os mecanismos de exploração e dominação, mas sobretudo participar, no terreno, em manifestações de protesto contra a ordem estabelecida.

Nesse mesmo sentido, o antropólogo James Holston (2013) avalia a relação entre urbanismo, política e cidadania a partir de questões como a formação das comunidades urbanas, participação política e resistência popular. Com foco nas lutas pela moradia, Holston destaca o papel das favelas e dos movimentos sociais na reconfiguração do espaço urbano e na transformação das práticas políticas. Segundo o autor, na medida em que a classe trabalhadora passa a construir suas casas e a própria periferia, ela assume a identidade de produtora e consumidora da vida urbana. Na condição de construtor da cidade, o sujeito desenvolve uma noção de pertencimento através da apropriação e produção. Suas ações geram valor, pertencimento, consciência, movimento e, por fim, cidadania.

> Na condição de construtores da cidade, eles passaram a se compreender como portadores de interesses da cidade, como contribuidores fundamentais para sua economia e sua sociedade. Essa identidade de parte interessada na cidade foi a base de uma noção de pertencimento, até então inexistente entre eles, por meio da apropriação e da produção – a noção, com efeito, de uma propriedade baseada no uso produtivo –, que consolidou, por sua vez, um novo tipo de direito adquirido sobre a cidade. (HOLSTON, 2013, p.27)

Frente a questões históricas que as cidades latino-americanas enfrentam, ações auto-organizadas nos territórios vem se intensificando numa variedade de atividades que têm tido a capacidade de promover o reconhecimento destas cidades não apenas por seus problemas, mas também por sua capacidade inventiva e coletiva de transformação. Por iniciativa de organizações da sociedade civil, cidadãos, artistas, atividades informais etc., este movimento revela o desejo por expressões de coletividade urbana inseridas no cotidiano. A partir de um

processo de contestação das formas consolidadas de viver a cidade, surge a oportunidade de um campo transdisciplinar de produção de conhecimento.

Diante do exercício em elaborar as bases cartográficas e acompanhar sua manutenção com as comunidades referentes, buscamos a dimensão urbana expressa nas singularidades em sua relação imediata com o território, a paisagem e os lugares georreferenciados em questão. Isto posto, as cartografias contribuem tanto no que diz respeito à sua subsistência quanto à preservação e permanência desses lugares. Na situação mapográfica enquanto produção científica acadêmica, compreendemos que ela precisa estar situada em relação aos saberes locais.

No sentido da importância de uma atuação coletiva e situada no território, quando debatido no campo disciplinar do design, por exemplo, Ezio Manzini aponta que as diferenças entre local e global não são uma questão de escala, mas que "o local é nossa interface com o mundo" (2015, p.3), um ponto de vista e de ação. Manzini defende que é na construção de sentido que o design pode trazer sua contribuição original, mais do que na solução de problemas e que no cerne desta construção de sentido está a colaboração. Em Contra o terricídio, Arturo Escobar refere-se ao trabalho de Rivera Cusicanqui, para falar sobre esse movimento em termos de inserção no contexto global e como forma de reorientação das práticas de design, que podemos correlacionar com o processo de mapografia:

> [...] são processos autoconscientes onde pessoas, povos, comunidades, articulam formas indígenas, modernas, feministas, comunitárias de existir, tudo numa 'mestiçagem explosiva e reverberante' [...] Elas existem dentro da modernidade global, mas ao mesmo tempo são radicalmente diferentes dela. Então, nesse sentido, me parece que existe uma forma muito importante de repensar o comunal, na América Latina, que é importante para a forma como pensamos a participação. (ESCOBAR, 2020, p.5)

Para Escobar, o pensamento autônomo na América Latina configura o início de uma interrupção cuja principal proposição é "não podemos construir nossas próprias realidades com mais do mesmo" (ESCOBAR, 2017, p.166, tradução nossa), e se relaciona com noção de comunalidade como a preparação do terreno para uma forma particular de pensar design onde, no contexto de muitas comunidades de base, este se apresenta em condições de "ocupação ontológica" e, portanto, o design autônomo deve ser visto em termos de "luta ontológica pela defesa dos territórios e formas de vida destas pessoas" (ibid., p.167, tradução nossa).

Portanto, o processo mapográfico reconhece a cidadania como construtora de signos territoriais, dedica atenção aos intervalos e aos espaços não-cultivados pela construção

cidadã, compreendendo a cultura, a expressão e o improvável capaz de brotar entre uma categoria e outra. No contraponto de uma geografia cuja fonte de produção se produz na alienação, buscamos exercitar um olhar coletivo em direção à uma geografia comunitária. Olhar coletivamente é um pressuposto metodológico que constitui sistemas de informação, executado a fim de construir uma temporalidade de trabalho interno, a partir da conjunção das desterritorializações. Ou seja, é fundamental que no contraponto da produção do espaço que afasta a subjetividade dos seus sujeitos referentes, seja produzido não apenas um novo léxico para descrever esse lugar, mas um novo território que é comum a todos. Desta maneira, levaremos o debate ao território, junto às narrativas dos seus referentes e proposições resultantes dos processos mapográficos.

CENTRO E PERIFERIA - MAPAS DO PARQUE DOM PEDRO E DO JARDIM LAPENNA

Ao longo do texto, insira tabelas, figuras e equações sempre abaixo e o mais próximo possível de sua descrição no texto.

A fim de correlacionar as centralidades periféricas e periferias centrais, a primeira ação mapográfica aqui descrita está situada em dois territórios da cidade de São Paulo: Parque Dom Pedro (PDP) e Jardim Lapenna. Ambas regiões podem ser caracterizadas diante de uma experiência de mapeamento que promoveu narrativas similares dentro de dado contexto mapográfico, embora estejam distantes geográfica e qualitativamente.

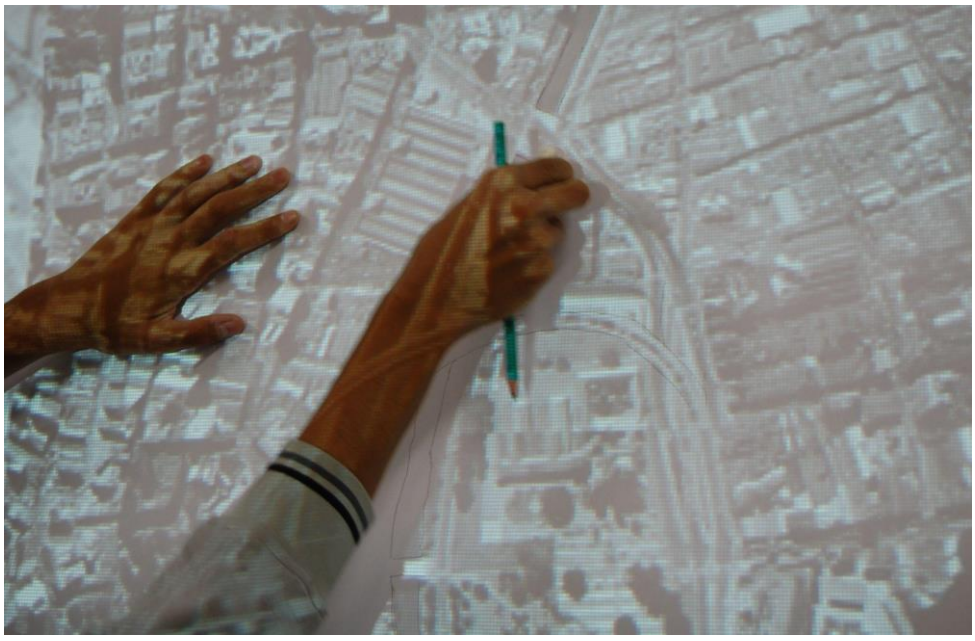
O Parque Dom Pedro é um espaço marcado principalmente pela historicidade e um cotidiano com movimentação comercial - próximo do Mercado Municipal de São Paulo e da Rua 25 de Março; a região é conhecida pelo fluxo diário da mercadoria. De acordo com sua morfologia e a costumeira inundação do Rio Tamanduateí, a localidade também conhecida como Várzea do Carmo impunha um limite na expansão da cidade sentido Leste. Com relação aos dados que a caracterizam, em se tratando de uma experiência onde a escola foi central, é fundamental trazer ênfase para os indicadores sociais e o acesso à moradia, além dos equipamentos públicos.

As primeiras ocupações que ocorrem desde 1997 no centro da cidade (CYMBALISTA, 2020) mobilizam o debate tanto sobre suas categorizações, quanto com relação ao campo de forças que mobiliza: formas de vida precarizadas, direito à moradia, despejos permanentes e instabilidade emocional. Em 2022 foi lançado um Plano Urbanístico para a região, não há qualquer menção sobre a escola ou a vida urbana que emerge dos cortiços e ocupações. O entorno escolar é marcado por duas avenidas de fluxo intenso: Avenida do Estado e Avenida Rangel Pestana, a seguir os exercícios mapográficos elaborados com os estudantes em 2012:

Figura 1: Parque Dom Pedro, 2012

Fonte: Acervo Grupo de Estudos de Mapografias Urbanas, 2012

Figura 2: Parque Dom Pedro, 2012



Fonte: Acervo Grupo de Estudos de Mapografias Urbanas, 2012

A atuação junto aos estudantes da escola se deu em primeiro momento em conversas sobre mapas e suas possibilidades de representação - grafias de percursos, anotações sobre o cotidiano, etc. Posteriormente, o território foi vasculhado com relação à sua formação histórica e geográfica; momento seguido por deriva pelo Parque D. Pedro e discussão sobre a experiência do lugar, coleta de registros e temas transversais ao território.

Na ocasião do PDP, o processo mapográfico ganhou ênfase sobre a etapa de representação com a produção de três mapas pautados nos seguintes enunciados de percepção da cidade: os lugares de encontro, os lugares de risco e a cidade que só eu vejo.

Já na experiência mapográfica com a EE Prof. Pedro Moreira Matos, a leste da cidade, a relação dos jovens com o território periférico ficou explicitada. O Jardim Lapenna faz parte do distrito de São Miguel Paulista, Zona Leste da cidade e suas fronteiras territoriais estão entre o rio Tietê e a linha férrea Safira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Em contexto habitacional com autoconstrução e ocupação do território em expansão sobre o afluente do rio, a população encontra dificuldades em imaginar soluções para seu cotidiano já que, em decorrência da infraestrutura ferroviária, possui a linha do trem e o rio como eixos limitantes da sua expansão e manutenção. Nos últimos anos, o que marca a configuração dessa localidade periférica é sua mobilização comunitária, sua potência cultural e a ausência do poder público no cotidiano.

Ou seja, a comunidade tem em seu histórico de lutas diversas conquistas para o cotidiano do bairro, desde a ação de caminhão de pequeno porte para a coleta de lixo nas vielas, coleta de parte do saneamento básico por meio de coletor tronco, até centros de educação infantil (CEI), uma UBS, e um acesso ao bairro pela estação São Miguel da (CPTM) - acesso este que não constava do projeto original da nova estação (Ruiz; Almeida, 208). Nos dados quantitativos que caracterizam as regiões da leste, estimam-se 15 mil moradores, embora apareça contradição entre as bases de dados, onde Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos cadastros da unidade básica de saúde (UBS).

A elaboração do Plano de Bairro Participativo tem confrontado a inconsistência dos dados e a insuficiência das intervenções propostas no bairro. De modo qualitativo, o território pode ser visto nos procedimentos mapográficos, como aparece nas imagens a seguir:

Figura 3 e 4: Jardim Lapenna, 2013

Fonte: Acervo Grupo de Estudos de Mapografias Urbanas, 2013

Quando da etapa final no período de oficinas mapográficas, o grupo de estudantes propôs a criação de um happening no pátio da escola, pois trazia o que eles acreditavam ser o engajamento em um mapa coletivo. Uma medida que transbordou o suporte e trouxe para

este momento representações do bairro, do viário, da ferrovia e do rio, além dos equipamentos e lugares do entorno cotidiano que já haviam aparecido grafados no mapa.

ENRAIZAMENTO NO COTIDIANO: BORORÉ AO MUNDO

Os quadros e tabelas não devem ser incluídos como imagens (capturas de tela, .jpg, .png etc.), e sim usando o recurso de tabela do próprio processador de texto. Assim como para as figuras, a legenda deve ser numerada sequencialmente e esclarecer o conteúdo apresentado. Notas podem ser adicionadas ao final com o objetivo de esclarecer aspectos complementares, tais como observações sobre variáveis, p-valores, etc.

Outro ponto a ressaltar na trajetória do Grupo de Estudos Mapografias Urbanas é evidenciado na relação estabelecida a partir do projeto Bororé ao Mundo. Ou seria o projeto a evidência das relações que o grupo e o território estabelecem? A interrogação se dá em direção ao que se realiza no cotidiano além das interlocuções das comunidades com a universidade. Sem o vivido não há relação mapográfica.

Situada no bairro do Grajaú, extremo sul do município de São Paulo, às margens da Represa Billings e integrante da Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia, a Ilha do Bororé é um conjunto de pequenos bairros. Configurado geograficamente como península, o território do Bororé carrega o termo "ilha" por se localizar em área de manancial, margeado pelas águas da represa, e ter seu principal acesso por balsas. A Ilha é reconhecida por suas práticas de agroecologia e agricultura familiar e suas intensas atividades culturais. Com o apoio da Escola Estadual Adrião Bernardes e valendo-se de sua articulação com outros agentes da Ilha do Bororé e de sua inserção na comunidade, o GeMAP chegou ao território em 2016.

As características da E.E. Adrião Bernardes de centralidade, elemento irradiador, e espaço de organização política, foram fundamentais para que o GeMAP chegasse a outros sujeitos, coletivos culturais, ambientais, funcionários da Unidade Básica de Saúde, gestores da Área de Preservação Ambiental, associação de moradores etc. A partir do diálogo com este grupo expandido, o projeto Mapografias foi absolutamente alterado, abandonando normativas e pré-concepções. Na tentativa de superação do modelo cíclico anual, do caráter projetual e da pré-formatação laboratorial das atividades, o projeto foi capaz de estabelecer laços mais profundos e duradouros com a Ilha do Bororé, tornando-se um trabalho em permanentemente construção, configurando uma instância de produção comum.

Figura 5: Ilha do Bororé, 2017

Fonte: Acervo Grupo de Estudos de Mapografias Urbanas, 2017

É nesse ambiente que nasce o projeto Bororé ao Mundo, a criação de uma plataforma digital de registro e difusão dos aspectos da história e cultura da Ilha num trabalho conjunto entre estudantes da USP e da E.E. Adrião Bernardes. A partir do trabalho na Ilha do Bororé, o GeMAP compreende uma proposição de pesquisa, uma abordagem, consolidada - e somente possível - a partir do enraizamento no cotidiano. As bases teóricas do grupo seguiram, em um primeiro momento, um caminho de ampliação conceitual para o exercício cartográfico e de território a partir de quatro linhas: o legado situacionista de Guy Debord, em especial os métodos da deriva e a psicogeografia; a geofilosofia em Mil platôs de Gilles Deleuze e Félix Guattari; as noções de topologia seguindo a interpretação e usos de Jacques Lacan; e a sobreposição tempo e espaço proposta pelos cronotipos de Mikhail Bakhtin. Em seguida, o grupo buscou o entendimento político do mapa, com base na tese de doutoramento de André Mesquita a respeito de mapas dissidentes e a experiência de coletivos ativistas.

MAPEAMENTO PROGRAMÁTICO: O NÚCLEO DE ARTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em 2021, a partir das experiências acumuladas de trabalho e parceria na Ilha, foi criado o projeto Núcleo de Arte e Educação Ambiental do Bororé (NAEA). Elaborado pelo GeMAP em associação com o Laboratório de Ensino e Material Didático (LEMADI), do Departamento de Geografia (FFLCH-USP) e com apoio financeiro da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP. O NAEA nasceu com o objetivo de construção de reflexões e repertórios para a formação de núcleos de educação ambiental e artísticas nas escolas públicas de forma

permanente. Constituindo-se inicialmente como projeto piloto, a atuação do Núcleo foi projetada a partir de parcerias já firmadas em atividades de extensão universitária envolvendo alunos de graduação e pós-graduação, e teve a tutoria triangulada do GeMAP, da E.E. Adrião Bernardes e da Casa Ecoativa.

Uma vez compreendido o processo de aprendizagem como movimento dialógico, o NAEA reconhece o território em seu potencial educativo, e de onde emergem processos reflexivos e de conscientização. Nas ações planejadas como projeto-piloto com duração de um ano para a implantação do núcleo na escola, foi dada ênfase na aplicação de linhas metodológicas definidas a partir da longa experiência do GeMAP no território do Bororé. Ainda, na intensa articulação com agentes coletivos, autônomos e independentes que apontam sistematicamente para as potencialidades de desenvolvimento econômico e ambiental sustentável (BASSANI; JULIASZ, 2024).

Com o objetivo de avaliar os métodos e resultados alcançados, o NAEA propôs a reflexão e a prática de alternativas para a educação básica, com foco no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental, a partir do território, do cotidiano e da formação cidadã. Nesse sentido, foi dada atenção especial à forma como o projeto se colocaria na escola, avaliando tanto a adesão dos alunos, quanto de seu corpo técnico e docente. Devendo atender a uma estrutura de projeto de formação continuada, o Núcleo tomou como base o encadeamento de percepção, cognição, reflexão e proposição, expandindo o currículo escolar a partir de uma vivência cotidiana articulada (ibid., p.23).

Figura 6 e 7: Implementação do Núcleo de Arte Educação Ambiental (NAEA) de Arte Educação Ambiental, 2023

Fonte: Acervo Grupo de Estudos de Mapografias Urbanas, 2023

O NAEA foi estruturado em quatro blocos (paisagem e ambiente, cuidados com a terra, expressões do território e patrimônio material e imaterial) com a premissa de articulação com os conteúdos das disciplinas da grade curricular do ensino médio, permitindo integrar o programa escolar com atividades conjuntas inter-turmas em espaços comuns dentro e fora

da escola. Tendo como finalidade, a proposição de trocas com a totalidade da grade curricular de ensino médio, com perspectivas objetivas e eficientes de interdisciplinaridade, os blocos são peças estruturantes, mas devem sempre ser entendidos como partes de um todo.

No leque metodológico do Núcleo, as oficinas foram instrumentos de materialização dos métodos. No entanto, definidas com extrema elasticidade participativa, elas são propostas não só como meio, mas também, e principalmente, terreno de problematização dos temas colocados. Em outras palavras, foram tempo-espaço da ação empenhada nas respostas aos problemas.

> As oficinas não foram concebidas como experimentação técnica para resolver um problema previamente proposto; ao contrário, elas foram pensadas como o lugar da ação que promove problematização, instrumentalização e catarse – em algumas vezes, cada uma em seu momento, em outras, todas simultaneamente. (BASSANI, JULIASZ, 2024, p.41)

É importante apontar que a forma de atuação do NAEA trouxe algumas particularidades ao projeto. O caráter seletivo do trabalho pontual com grupos de jovens interessados e elencados por professores da escola e a liberdade em relação aos conteúdos, às práticas e ao formato das ações educativas, são alguns dos principais pontos de diferença da atuação do projeto em contraste com ações contínuas com professores e alunos dentro sala de aula.

Além de dimensão política, o diálogo com os adolescentes e professores locais possui um aspecto estratégico e metodológico. Em primeiro lugar, na adesão dos participantes aos objetivos do projeto por meio da participação. Em segundo, da transferência de saberes e produção de conhecimento, uma vez que o diálogo é a ferramenta mais imediata para a aproximação a outras problematizações e outros saberes e técnicas a partir do território. Ainda assim, a "incisão mais freiriana nos métodos aplicados nas práticas do NAEA é a processual" (ibid., p.79). Os resultados alcançados pelo Núcleo de Arte Educação Ambiental devem ser vistos sob as perspectivas de ação e a pesquisa, ou seja, a partir da experiência.

CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UM PROGRAMA MAPOGRÁFICO: PRAÇA DE AULAS NO JARDIM GAIVOTAS

Situado no Grajaú, o Jardim Gaivotas é um dos territórios abrigado nas penínsulas da Represa Billings, cujo corpo d'água é presença marcante na paisagem e no cotidiano de seus habitantes. Já reconhecido pela efervescência de agentes culturais e políticos, em especial coletivos que atuam na área da educação desenvolvendo projetos de valorização de expressões artísticas periféricas e sua relação com o território e seus sujeitos, o Grajaú é caracterizado pela expansão urbana, paisagens singulares, e uma mancha urbana densamente povoada, muitas vezes acompanhada de precariedade habitacional.

A partir da consolidação de uma nova perspectiva de atuação do Estado em busca de promover qualidade ambiental nas áreas de periferia, o Jardim Gaivotas sofre o impacto direto das obras realizadas no território que abrangem também os bairros conhecidos por Cantinho do Céu e Residencial dos Lagos. Parte do Programa Mananciais da Prefeitura de São Paulo. O

Parque Linear é apenas uma das intervenções urbanas do Programa, que envolve também obras de infraestrutura de esgoto, abastecimento, melhoria viária, drenagem, contenção de encostas e espaços públicos de lazer (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2023).

Este impasse entre processos de urbanização e proteção ambiental é um caso recorrente em metrópoles de crescimento desordenado, e se estabelece como parte do quadro contextual da atuação do Imargem, que tem no Jardim Gaivotas seu espaço físico e terreno de desenvolvimento de suas principais atividades, embora tenha grande permeabilidade por todo o território do Grajaú.

O Imargem é uma iniciativa multidisciplinar concebida e desenvolvida desde 2006 e formalizada em 2019. Por meio de ações questionadoras e politizadas, a iniciativa aborda as potencialidades e problemáticas sociais, culturais e ambientais que emergem das margens em direção à centralidade urbana. Os eixos de atuação do Imargem refletem a expressão de coletivos que adotam uma perspectiva integrada, articulando dimensões político-educativas e culturais a partir dos eixos de arte urbana, navegação à vela, permacultura e alimentação saudável em experimentações e percursos educativos, expandindo os espaços escolares e ressignificando a relação com o território.

O Imargem se consolidou esboçando uma cidade possível no seu entorno imediato, cuja importância pode ser percebida no reconhecimento do espaço como referência de formação extracurricular. Possuindo um legado tanto nas expressões artísticas, quanto no debate acerca do direito à cidade, à moradia e da utilização do espaço público, o coletivo aposta na potência educadora do território como pilar de atuação.

A partir da cartografia como instrumento de observação e reflexão do território, o coletivo realizou projetos como o "cartograffiti", conjugando grafite e arte urbana expostos em diversos pontos de São Paulo. O Imargem também faz uso da cartografia como instrumento de reflexão territorial junto a escolas da região, com abordagens em diferentes escalas para compreensão do sujeito em seu contexto, em um processo de territorialização e subjetivação que desvela conflitos e reconhece potencialidades.

É nesse cenário que a noção conceitual do projeto Praça de Aulas, elaborada pela comunidade, foi construída em um momento anterior à chegada da universidade, cuja participação se dá no sentido de suporte das reflexões cotidianas. Com o objetivo de aprofundar métodos, experiências e reflexões que emergem a partir da atuação do coletivo, o projeto se desenvolve a partir da parceria do Imargem com o Grupo de Estudos Mapografias Urbanas. E se mostra como um catalisador das potências colocadas pelo coletivo em toda sua trajetória, pois une as diferentes frentes de atuação do Imargem em oficinas com estudantes em um espaço do Jardim Gaivotas reivindicado pelo coletivo ao longo de sua história.

Figura 8: Crianças na Praça de Aulas, 2022

Fonte: Acervo Coletivo Imargem, 2022

O espaço físico do Praça de Aulas se conforma atualmente como um espaço público em terreno que será ocupado pelo Parque Linear. A realização das obras do Parque Linear vem acarretando diversas remoções de habitações existentes às margens da Represa Billings desde a década de 1990, e se configura como uma das disputas políticas mais latentes no território. Nesse processo, o Imargem se mostra como um ator político importante na defesa do território, atuando frente a questões sociais, políticas e ambientais, reivindicando a valorização dos modos de vida próprios da comunidade e a apropriação do espaço por seus sujeitos. O espaço do Praça de Aulas vêm sendo utilizado pelo Imargem em toda sua trajetória. Anos antes da chegada do Parque Linear, serve como suporte para atividades educativas diversas, plantio de vegetação, área de saída dos barcos de navegação à vela, dentre outros.

Nesse sentido, o projeto da Praça de Aulas se apresenta como uma experiência disparadora da reflexão acerca de narrativas e imaginários urbanos que se constroem pela atuação dos coletivos. A partir do histórico de atuação consistente e da experiência da Associação Imargem no Grajaú, a proposta do projeto, amplia o contato da comunidade (principalmente crianças e adolescentes estudantes da Escola Professor Benedito Célio de Siqueira) com a natureza, ciência e cultura. Usando como suporte a paisagem circundante e as expressões sociais, artísticas e culturais que emergem no território, forma-se um cenário que extrapola

a sala de aula convencional. O projeto tem proposto ações sensibilizadoras e educativas com base em uma atuação na cidade por meio de práticas ambientais e artísticas transformadoras, pautando novas abordagens para o cotidiano das periferias. Acredita-se que o Praça de Aulas contribui para a produção de imaginários inovadores para espaços que estão postos às margens das políticas públicas, da agenda urbana e da educação pública.

CONSIDERAÇÕES: A PESQUISA SOBRE O TERRITÓRIO

O que os mapas coletivos do GeMAP nos mostram e nos provocam sobre a compreensão dos territórios, é que diante das organizações hegemônicas - gestão públicas, Estado, consulta participativa - existe a retirada dos sujeitos na construção narrativa do seu lugar. Desta maneira, propomos que o encontro com as coletividades artísticas reterritorializa o entendimento da base cartográfica por meio da estética - uma experiência territorial ativa, sensível e compartilhada debruçada sobre o mapa. Ou ainda, o gosto pelos modos dissidentes narrativos, na produção mapográfica, dispõe um campo de experimentação que abrange os sujeitos territorializados em contraposição ao que o estado sugere como processo participativo, por exemplo. Na pesquisa sobre o território pautada no processo mapográfico, o processo é criado coletivamente, não há convidados, participantes, ouvintes ou entrevistadores. Há sim, uma produção coletiva e a construção de acordos territoriais, capazes de avaliar os equipamentos, os vazios e as potências urbanas, por meio das lentes culturais - linguagem, expressão, códigos - do território mapeado.

As coletividades mapográficas se dão no encontro entre o mapa, o território e o grupo (pesquisadores, artistas, sujeitos territorializados) de modo político. Ou seja, os modos de recusa dos dados e estigmas se dão em um exercício contínuo enquanto grafamos conjuntamente nossa ação diante de um lugar comum - um mapa, um bairro, um futuro. E é nesse movimento que também os conhecimentos sobre a área são questionados, quando retornam ao campo disciplinar da geografia, do urbanismo, da arte com reflexões comuns.

Tanto o Jardim Gaivotas quanto o Parque Dom Pedro, localizados às margens da gestão dos recursos públicos, enfrentam desafios no que diz respeito às intervenções urbanas que tenham ponto de partida nos enunciados comunitários. É diante destes territórios e enfatizando suas diferenças, que promovemos a ciência situada em outros saberes, como aponta Isabelle Stengers no manifesto por uma desaceleração da ciência (Stengers, 2013). A autora traz questionamentos sobre a produção do conhecimento hegemônico, reiterando a urgência na exploração dos problemas contemporâneos por meio do debate coletivo e do engajamento das populações. A essa questão, Isabelle Stengers chama a atenção fundamental para o tempo dedicado à produção, publicação e disseminação do debate científico. Assim, a condição mapográfica diante da situação territorial propõe encarar "o desafio de desenvolver uma percepção coletiva da particularidade" (Stengers, 2013) e daí compreender como o território expressa, *grapha*, de uma maneira que possibilite um processo de produção de relações. Neste sentido, entrar em relação produzindo vínculos de cooperação

crítica que conecta e reativa diversas formas de resolver problemas e resistir ao planejamento que impõe modos inoperantes na vida das pessoas. Em breve reflexão feita posterior aos processos mapográficos, é possível dizer que o cotidiano do território é impactado pelas relações estabelecidas sobre o mapa. Esse entendimento territorializado, que articula e mobiliza códigos, atua por meio de uma captura simbólica da alteridade. Isto porque, se somos convidados a olhar o lugar aliado ao conhecimento autônomo que o produz, é também o mapa uma plataforma que incorpora ao território registros "novos" por parte dos seus referentes a fim de evidenciar e transformar as relações do lugar.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo. In: **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Trad. V. N. Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009

BASSANI, Jorge. Mapas pra quê? In: AMARAL, L e SCHWARTZ, R. **Entre territórios e redes – arte, memórias, cidade**. São Paulo: Manuscrito, 2022 pp 91 - 107

Bassani, Jorge. TRAMANDO REDES DE AFETOS. **XVII Colóquio Internacional de Geocrítica** Disponível em <https://coloquiogeocritica.com.br/artigos/> Acesso em 2 de dez. de 2024.BASSANI, Jorge (org.). PDP: Mapografias. São Paulo: FAUUSP, 2012.

BASSANI, Jorge; JULIASZ, Paula C. Strina. **Mapear, educar, territorializar: A implantação do Núcleo de Arte Educação Ambiental na Ilha do Bororé**. São Paulo: FAUUSP, 2024.

BUNGE, W. Theoretical Geography. PhD diss., University of Washington, Seattle, 1960

CYMBALISTA, R. (2020). Moradia popular, ocupações e propriedade no centro de São Paulo: a trajetória de uma família e de um edifício / Low income housing, squatting and property in downtown São Paulo: the trajectory of a family and a building. **Revista De Direito Da Cidade**, 12(4), 2685–2703. https://doi.org/10.12957/rdc.2020.51511

DELEUZE, Gilles; GUATTARRI, Félix. **Mil platôs** - capitalismo e esquizofrenia; Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro, 1995.

ESCOBAR, Arturo. **Contra o terricídio**. n-1 textos, n. 145, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/190>. Acesso em: 12 dez. 2024.

ESCOBAR, Arturo Designs for the pluriverse: Radical interdependence, autonomy, and the making of worlds. Durham: Duke University Press, 2017.

HOLSTON, James**. Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MANZINI, Ezio; trad. Rachel Coad. **Design, when everybody designs**: an introduction to design for social innovation. Cambridge; London: the MT, 2015.

MEYER, Regina Maria Prosperi e GROSTEIN, Marta Dora**. A leste do centro: territórios do urbanismo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. . Acesso em: 23 nov. 2024. , 2010

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Obras de urbanização no Jardim Gaivotas beneficiam mais de mil famílias da região. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/obras-de-urbanizacao-no-jardim-gaivotas-beneficia-mais-de-mil-familias-da-regiao>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RANCIERE, Jacques**. A partilha do Sensível**: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. 2a Ed, São Paulo; Editora 34, 2009. p.72.

RIBEIRO, Ana Clara Torres [et al]. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. In: Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade**. Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Ano XV, N°2, Ago-Dez 2001 / Ano XVI, N°1, Jan-Jul 2002. Rio de Janeiro : UFRJ/IPPUR, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/view/281/91>. Acesso em: 31 mar. 2024.

RUIZ, Andrelissa Teressa e ALMEIDA, Marcelo Vilela de. Políticas públicas e participação social: o caso do plano de bairro do Jardim Lapenna como um caminho da democracia para um território de direitos. **Mudança social e participação política 4: estudos e ações transdisciplinares em três dimensões**. Tradução . São paulo: Annablume, 2018. Acesso em: 25 nov. 2024.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão** / Milton Santos. - 7. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In M. Milton et al. (Orgs.), Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida. Milton Santos, um revolucionário. In: Santos, Milton. **O retorno do territorio**. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun.2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005

STENGERS, Isabelle. Gaia, the urgency to think (and feel). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL OS MIL NOMES DE GAIA DO ANTROPOCENO À IDADE DA TERRA, 2014, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos.. Rio de Janeiro: Departamento de Filosofia/PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2014. Disponível em:<https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/isabelle-stengers.pdf>. Acesso em: 1 dezembro de 2024

» https://osmilnomesdegaia.files.wordpress.com/2014/11/isabelle-stengers.pdf

SÃO PAULO (cidade). Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: lei municipal n° 16.050, de 31 de julho de 2014; texto da lei ilustrado. São Paulo: PMSP, 2015. Disponível em: https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/ Plano-Diretor-Estratégico-Lei-n°-16.050-de-31-de-julho-de-2014-Texto-dalei-ilustrado.pdf. Acesso em: 25 de nov. 2024

TETAMANTI, Juan Manuel Diez. **Hacia una geografia comunitária**: abordajes desde cartografia social y sistemas de información geográfica. AAVV - 1a ed. - Comodoro Rivadavia: Universitaria de la Patagonia - EDUPA, 2014.